

# Biodiversidade e educação ambiental

O ano de 2010 foi declarado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas como o “Ano Internacional da Biodiversidade”.

Por acção humana e, em consequência de modelos económicos voltados para a apropriação privada e exploração desenfreada dos recursos naturais, a diversidade dos seres vivos na Terra tem vindo a diminuir nas últimas décadas; muitas espécies já foram extintas por acção humana. Têm vindo a ser destruídos muitos ecossistemas, fragmentados habitats, impedindo assim a circulação de espécies na natureza, condição indispensável para o fluxo genético que é essencial para a preservação de espécies.

A espécie humana é parte integrante dos ecossistemas; para ela, também, é vital que os ecossistemas se mantenham saudáveis. A manutenção da biodiversidade é um garante de um ambiente de qualidade. O ambiente é aliás um dos pilares do Desenvolvimento Sustentável, a par dos pilares económico e social.

É importante que sejam tomadas medidas sérias e consistentes de modo a travar o real e grave problema da perda de biodiversidade.

A preservação da biodiversidade e de um ambiente saudável passa também por uma educação ambiental que se inicie no pré-escolar e que vá até ao ensino superior. Deve ser proporcionada a toda a sociedade.

Existem práticas que contribuem directamente para uma maior degradação ambiental. É o caso do consumo exagerado de energia. Regista-se que, lamentavelmente, nas escolas remodeladas pela EPE Parque Escolar disparou o consumo de energia, por vezes até seis vezes mais electricidade do que o verificado antes das obras. Há contudo boas práticas em escolas um pouco por todo o país, de que são exemplos as Eco-Escolas, as escolas que implementam a Agenda XXI escolar ou os clubes da floresta e do ambiente. Mas, em sentido inverso, há desinvestimento no programa “Escola na Natureza” do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que está a comprometer os objectivos de permitir a todos os alunos do 8º ano viverem uma experiência positiva de relação com o património natural de Portugal e de permitir aos professores tirar partido pedagógico dos recursos existentes nas áreas protegidas.

O 10º Congresso Nacional dos Professores exige:

a) Estabelecimentos de ensino mais ecológicos. Na construção e recuperação de escolas deverão ser seguidas práticas de arquitectura e de construção sustentável. As escolas deverão também ser locais sem poluição (do ar, sonora ou visual).

b) A medição da pegada ecológica dos estabelecimentos de ensino, com o apoio do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para poderem definir-se formas de aumentar a eficiência energética e de permitir menor consumo de materiais.

c) Investimento no programa “Escola na Natureza” para que os alunos possam ter acesso gratuito a aprendizagens em espaços naturais de áreas protegidas.

d) Uma educação ambiental para toda a comunidade que favoreça um desenvolvimento sustentável assente numa relação sadia da humanidade com a natureza.

e) A implementação de medidas no dia-a-dia escolar que possam contribuir para a criação de hábitos de boas práticas ambientais, tais como a generalização da utilização de contentores para a separação de papéis e plásticos em todas as salas de aula e a criação de postos de compostagem e oleões nos refeitórios escolares.

O 10º Congresso Nacional dos Professores salienta que as perigosas ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade resultam, em decisiva medida, dos modelos económicos seguidos e das suas prioridades; salienta também que a preocupante situação hoje vivida tem responsáveis directos nos directos beneficiários desses modelos económicos. Este é, portanto, um problema de grande complexidade que exige a transformação dos próprios sistemas económicos e que requer modelos de desenvolvimento sustentáveis. Estando longe de passar exclusivamente pelo cuidado com a educação ambiental, o 10º Congresso entende que uma aposta séria a este nível pode dar um contributo importante para o apuramento da consciência ecológica dos cidadãos, para a adopção de práticas que reduzam as ameaças ambientais que se agravam a cada dia e, ainda, para a necessidade de uma profunda transformação dos sistemas económicos que continuam a dominar o mundo neste início do séc. XXI.

***Aprovada por maioria,  
com uma abstenção***